

## A NÃO NEUTRALIDADE DO CURRÍCULO ESCOLAR: ALGUNS PRESSUPOSTOS DA LINHA CRÍTICA DO CURRÍCULO

Me. Diego Adaylano Monteiro Rodrigues<sup>1</sup>

Dra. Claudia Christina Bravo e Sá Carneiro<sup>2</sup>

### RESUMO

Diante da complexidade do cenário educacional brasileiro, são estabelecidas distintas visões sobre o ensino, sobre os conteúdos escolares e sobre o trabalho docente. Todas essas perspectivas podem ser entendidas como questões ligadas ao currículo escolar, sua complexidade e seu desenvolvimento. O objetivo desse trabalho é explicitar os diferentes sentidos de currículo abordado pela literatura, principalmente pelos pesquisadores da linha crítica do currículo. A pesquisa tem caráter bibliográfico e centra-se sobre os trabalhos de Giroux (1983), Apple (1982), Doll (1997), Lopes e Macedo (2011), Silva (2015), Goodson, (2012) e Moreira e Silva (2011). Reiteramos ao longo nesse trabalho a perspectiva da não neutralidade do currículo escolar, ou seja, o currículo não é um produto técnico e isento de ideologias.

**Palavras-chave:** Currículo, Pensamento curricular, Pesquisa bibliográfica.

### INTRODUÇÃO

Vivemos, hoje, tempos em que as discussões sobre currículo tornaram-se mais acirradas e problemáticas. Entre as várias vertentes existem os defensores do gerenciamento da educação, que tentam normatizar o currículo em prol de uma pretensa ideia de qualidade, outros, não tão distantes dos primeiros, buscam excluir conteúdos escolares, com a justificativa de que alguns se contrapõem às convicções da educação familiar, portanto, não deveriam ser ensinados na escola.

Com respeito a essa última vertente, é o que reclamam, por exemplo, os defensores do movimento Escola Sem Partido (ESP) que, mesmo não tendo sido aprovado através dos projetos de lei em curso, seus ideais já permeiam a visão de pais, docentes, estudantes e

---

<sup>1</sup>Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: [diegoadaylano@gmail.com](mailto:diegoadaylano@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutora em Educação, Professora e Orientadora do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: [ccbcarneiro@hotmail.com](mailto:ccbcarneiro@hotmail.com)

gestores. Eles acusam o currículo escolar de ideológico e “doutrinador”, sem aprofundar esses termos, o que resulta em ódio e desqualificação aos docentes (PENNA, 2016).

Além desses aspectos mais atuais, o currículo escolar sempre foi alvo de reformadores da educação. Em especial, a partir dos anos 1990, as unidades federativas estabeleceram inúmeras diretrizes e propostas curriculares estaduais, em conformidade às diretrizes nacionais, que tentam nortear a prática docente. O que suscita questionamentos sobre como esses currículos oficiais são construídos e como são resignificados nas escolas. Diante desses aspectos, é preciso esclarecer a compreensão acadêmica sobre currículo.

Quando escutamos a palavra currículo pela primeira vez, nos vem à mente um documento que sintetiza e representa nossas experiências de trabalho (Currículo *Vitae*) ou experiências acadêmicas (Currículo *Lattes*). No contexto escolar, outros sentidos são atribuídos a essa palavra, a ponto desses novos sentidos carregarem distintas linhas de pensamento, que se constituem em diferentes expressões, tais como: grade curricular, componente curricular, currículo prescrito, base curricular, etc. Podemos dizer também, que já existe o currículo, antes mesmo do desenvolvimento de uma palavra para designá-lo, já que ele representa trajetórias e percursos.

Ao mesmo tempo, esses sentidos trazem teorias subjacentes, que dão existência ao pensamento curricular e nos servem como modelos para analisar o currículo escolar. Pensar sobre o currículo de uma disciplina, normalmente, está atrelado a caracterizar os elementos constituintes, o que torna essa discussão superficial e reduzida à construção de listas de conteúdos pelos professores e/ou para eles. Nesse último caso, o currículo torna-se pauta central de algumas reformas governamentais.

O objetivo desse trabalho é explicitar os diferentes sentidos de currículo, abordado pela literatura acadêmica, em especial, por autores da linha crítica do currículo.

## **METODOLOGIA**

Esse trabalho é norteado por um paradigma qualitativo de pesquisa e situa-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica que, conforme Gil (2002), busca analisar fontes secundárias de informações, ou seja, analisa material já elaborado e trabalhado por outros pesquisadores. Focalizamos o estudo em livros clássicos da área de currículo e em livros mais recentes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A primeira noção que precisa ser considerada é a de que não existe uma definição unívoca sobre currículo. Esse, por sua vez, foi influenciado, inicialmente, pelo surgimento da administração e gerenciamento científico, no século XIX, que propiciou, de certo modo, a reorganização da escola, tal como um modelo de montagem, com níveis separados e tempos bem definidos para as disciplinas (DOLL, 1997). Embora, as primeiras referências históricas ao termo currículo são advindas do século XVIII (LOPES, MACEDO, 2011).

Com base na origem etimológica da palavra, entendemos currículo como uma pista de corrida, que é influenciado por diferentes pensamentos curriculares e que se vincula, inicialmente, à ideia de operacionalizar e prescrever esses percursos. As primeiras teorias fazem reflexões sobre o currículo, a partir de questões centrais sobre: “O que é ensinar?” “Como ensinar?” Que resultam no questionamento sobre: “O que os estudantes devem ser ou o que eles devem se tornar?”. Nessa perspectiva, o currículo ajuda a construir ou formar estudantes com base em um modelo ideal de ser humano (SILVA, 2015; GOODSON, 2012).

Nesse sentido, algumas concepções curriculares estão associadas ao que se pode denominar de teorias tradicionais do currículo (baseadas na eficiência técnica e produtividade), nas quais, o currículo é visto como grade que explicita conteúdos e estratégias de ensino, ou seja, busca discutir modelos de organização e de métodos de ensino, tornando coercitiva, até certo ponto, a atividade docente, limitando o aprendizado do aluno.

As primeiras discussões sobre o currículo são do início do século XX. Têm-se na obra de Dewey, *The Child and the curriculum* e na obra *The curriculum*, de Bobbitt, publicado em 1918, as primeiras referências importantes sobre o termo. Enquanto os trabalhos de Dewey e outros autores contemporâneos a ele, como Kilpatrick, centravam os estudos curriculares sobre os interesses dos estudantes, o trabalho de Bobbitt tentava estabelecer o currículo normatizado, com as características desejáveis ao desenvolvimento dos alunos (MOREIRA; SILVA; 2011). Essa última obra pode ser considerada um marco educacional, por influenciar, posteriormente, a educação estadunidense e o pensamento curricular no Brasil (SILVA, 2015).

*The curriculum* foi escrito em um contexto de grande debate sobre a função da escola e sobre o que se deve ensinar. Para seu autor, qualquer instituição educativa deve apontar, de forma precisa, seus objetivos e possíveis resultados a serem alcançados, com o intuito de atingir, de forma cada vez mais eficiente e científica, os processos e resultados pedagógicos. Pensado assim, o currículo se estabelece como atividade burocrática e técnica, que está centrada nos erros e acertos dos alunos (SILVA, 2015; DOLL, 1997).

Essa visão técnica do currículo escolar toma outras proporções após a publicação do livro *Basic Principles of Curriculum and Instruction* (1949), de Ralph Tyler, que centra a discussão nos objetivos educacionais e curriculares (SILVA, 2015) em um processo de seleção e organização das atividades pedagógicas, para que a aprendizagem se torne um produto controlado e precisamente avaliado (DOLL, 1997). Para Moreira (2012), Tyler, ao mesmo tempo em que assume uma proposta de controle social, aponta retóricas mais progressistas.

Mesmo diante de uma falta de consenso entre os pesquisadores, no tocante às características desse movimento tradicionalista, que tenta definir o currículo e que, no Brasil, predomina com sua versão técnico-linear, é relevante ressaltar que, em oposição a essas perspectivas tradicionais, surgiu um movimento de reconceptualização do currículo, que se direciona a visão mais construtiva.

As teorias críticas que se inserem nessa corrente, por sua vez, focalizam as relações de poder do contexto político, social e histórico, que marcam a organização curricular e, em especial, consideram a influência do modelo capitalista no currículo. Entre os seus expoentes estão autores norte-americanos e europeus, ligados ao movimento denominado de: Nova Sociologia da Educação (NSE), tais como Michael Young. Outros pesquisadores, como Louis Althusser, Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron, Baudelot, Basil Bernstein, William Pinar, Madeleine Grumet, Michael Apple, também tiveram grande contribuição. No Brasil, Paulo Freire foi influenciado por essa corrente e atualmente sua obra está entre as mais citadas no mundo.

Ainda nessa linha crítica, o conceito de currículo é apontado por Gimeno Sacristán (2000), como práxis e não um objeto estático que realiza a seleção de conteúdos culturais. O currículo reflete interesses conflituosos e valores dominantes, traz consigo uma função socializadora da escola, mas também se torna um parâmetro da forma como se entende o que são bons e maus docentes. Assim, para esse autor, o currículo é um projeto cultural.

As políticas de currículo são, portanto, um projeto social de uma classe ou grupo dominante, que tenta determinar conhecimentos válidos, que tenta realizar a inclusão e exclusão de saberes. Busca, também, a construção de trajetórias, apontando relações entre saberes, competências, visões de sucesso ou fracassos, para a comunidade escolar (SILVA, 2010).

O currículo precisa ser desnaturalizado em suas complexas relações sociais. Do mesmo modo, Moreira e Silva (2011) entendem o currículo com base nos dispositivos teóricos de Ideologia, Cultura e Poder. Para eles, o currículo é uma produção cultural, que

expressa ideologias e relações de poder que, por sua vez, ao estabelecer conhecimentos a serem ensinados na escola, ditos válidos, tenta produzir identidades. Para melhor compreensão da teoria curricular crítica, serão descritos, de forma sucinta, esses três conceitos.

Louis Althusser, no livro *Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado*, de 1983, traz o início das discussões sobre o conceito de ideologia no campo educacional. Uma de suas maiores contribuições foi evidenciar que a ideologia tem raízes no inconsciente das pessoas, em um plano de ideários, mas é importante considerar também, que essa se explicita em práticas materiais. No entendimento atual, a ideologia está presente nos discursos e práticas das pessoas. Como afirma Giroux:

[...] ideologia é um construto social para se entender como o significado é produzido, transformado e consumido por indivíduos e grupos sociais. Como um instrumento de análise crítica, ela escava abaixo das formas fenomenais de conhecimento da sala de aula e práticas sociais, e ajuda a localizar os princípios estruturantes e as ideias mediadoras entre sociedade dominante e as experiências diárias de professores e alunos (GIROUX, 1983, p. 213).

Um dos pontos caracterizados, tanto por Giroux (1983), quanto por Apple (1989), é que esses processos ideológicos se configuram permeados de conflitos e *contradições*. Seguindo uma tradição marxista, Apple (1982) traz elementos em que se pode delinear melhor a relação entre ideologia e currículo, tais como as tentativas de estabelecer consensos normativos para o currículo e a presença de controles sociais (às vezes, implícitos nas reformas). Para o autor, interessa saber que conhecimentos são considerados legítimos diante das diferenças de grupos e classes sociais de nossa sociedade. Desse modo, tomando a visão de Apple, Lopes e Macedo (2011), ideologia é:

Uma espécie de falsa consciência que obriga toda a sociedade a enxergar o mundo sob a óptica de um grupo determinado ou sob a óptica das classes dominantes. As ideologias são um sistema de crenças partilhadas que nos permite dar sentido ao mundo, uma teoria de argumentação que visa legitimar determinada visão de mundo. Nesse sentido, quando hegemônica, ocultam as contradições sociais (LOPES; MACEDO, 2011, p. 31).

O termo ideologia passou por diversas ressignificações, a ponto de, atualmente, os pesquisadores considerá-lo sob quatro aspectos: A ideologia não é uma mera imposição de um grupo dominante, pois apresenta raízes no senso comum. A segunda é que a ideologia não precisa ser homogênea e ter uma consistência lógica ou coerência. A terceira é que a ideologia

transmite visões de mundo, mas é interpretada e resistida por grupos sociais e, por fim, que ela se materializa em práticas cotidianas, rituais, arranjos espaciais e na linguagem de cada grupo, ou seja, não se estabelece apenas em um plano de ideários, em um mundo idealizado (MOREIRA; SILVA; 2011).

Diante disso, esta pesquisa direciona-se para uma visão de currículo fundamentada em um pensamento curricular, baseada nos conceitos de Ideologia, Cultura e Poder. Esses conceitos são importantes para a compreensão científica construída pela sociologia do currículo, em especial, diante de políticas curriculares contemporâneas, que ainda se alinham a racionalidade tyleriana.

A teoria crítica nos ajuda a desvelar relações de dominação e subordinação. Pensar uma pesquisa baseada em seus pensamentos, requer um comprometimento com a transformação social das pessoas, portanto, a teoria crítica não endossa um discurso de neutralidade ao seu modo de visualizar fenômenos sociais, em oposição ao que é característico de pesquisas positivistas.

Diante disso, afirma Giroux (1983), as escolas são posicionadas teoricamente como instituições políticas que transformam, controlam e (re)produzem discursos, sentidos e valores dominantes. São influenciadas por uma ordem social e econômica que, por sua vez, transformam-se em espaços culturais de dominação e contestação. Quanto a isso, esse autor define Cultura como:

Um sistema de práticas, um modo de vida que constitui e é constituído por um jogo dialético entre comportamento específico de classe e circunstâncias de um determinado grupo social, e os poderosos determinantes ideológicos e estruturais na sociedade maior (GIROUX; 1983, p. 137).

Nesse sentido, a Cultura pode ser vista, também, como mercadoria. Não podemos desconectar as relações entre poder e controle cultural. Nesse âmbito, a escola produz e reproduz ordens sociais sob fortes influências de relações econômicas. A escolarização é um mecanismo de controle social, pois a escola distribui conhecimentos considerados legítimos por ela, o que demonstra a relação entre Poder e Cultura (APPLE, 1982).

Muitos autores vêm se dedicando a explicitar essa relação e a noção de poder. Para Giroux (1983, p. 91), Poder<sup>3</sup> é “uma força que opera tanto sobre as pessoas como através delas, [...] o poder deve ser visto em parte como uma forma de produção inscrita no discurso e

---

<sup>3</sup>A noção de poder retomada por Giroux é apresentada com base nos escritos de Michel Foucault.

nas capacidades que as pessoas usam para dar sentido ao mundo”. Não se trata, portanto, de uma relação unidirecional.

Ideologia, Cultura e Poder são construtos teóricos que ampliam a visão curricular e a compreensão das reformas contemporâneas. Conforme Macedo e Lopes (2011), as políticas curriculares no Brasil são especialmente influenciadas pelos trabalhos de Benjamin Bloom, Robert Manager, Phillipe Perrenoud e Cesar Cooll e se aproximam do modelo de Tyler, ora centralizando o currículo na ideia de objetivos para aprendizagem, ora na ideia de competências e habilidades, em especial após os anos 1990. As reformas curriculares vêm apresentando diferentes ideários, que se associam ao paradigma construtivista, a tendências neoliberais e neoconservadoras.

Diante desse último aspecto mencionado por essas autoras, torna-se relevante caracterizar e problematizar os currículos oficiais ou formais, produzidos como políticas curriculares no Brasil, em cada rede de ensino, bem como suas relações com as disciplinas escolares.

Silva (2015) também destaca a origem de teorias pós-críticas do currículo, que analisam o currículo diante das relações de poder sobre gêneros, etnias, raças e sexualidade, entre outras, e conclui com bases nessas vertentes críticas e pós-críticas, que:

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade (SILVA, 2015, p. 150).

A metáfora do currículo como território também é evocada por Arroyo (2013). Para ele, o currículo é território de controle, de disputas e de tensões, que legitimam conhecimentos curriculares, por sua vez, cultuados por docentes como indiscutíveis. Desse modo, os conteúdos e seu ordenamento tornam-se difíceis de serem recriados. O que limita a autoria docente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, notamos que a noção de currículo é ampla e dialoga com pressupostos específicos de cada movimento e tendência do pensamento curricular. No caso da linha crítica, o currículo é visto como campo de disputa, em que alguns conhecimentos

escolares tentam se legimitar, de acordo com o contexto sócio-histórico. Isso quer dizer que existem relações de poder sobre essa legitimação de conhecimento.

Também existe um jogo de interesses, que se implementa de forma implícita em diferentes ideários e práticas escolares, que se relacionam a ideologias dominantes. Desse modo, não se pode dizer que um currículo é neutro e sem ideologias.

## REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. Ideologia e Currículo:3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1982.

ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa:Petrópolis: Vozes, 2013.

GIROUX, H. A. Teoria crítica e resistência em educação: Petrópolis: Vozes, 1983.

Gil, A. C. Como elaborar projetos e pesquisa: 3a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOODSON, I. F. Currículo: teoria e história. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2013.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. Teorias de currículo: São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. Currículo, Cultura e Sociedade: 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, T. T. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo:2. ed.Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PENNA, F. O ódio aos professores. *In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.* São Paulo: Ação Educativa,p.93-100, 2016.